

CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO EM ECONOMIAS AGROEXPORTADORAS: O CASO DE SÃO PAULO (1850-1930)

*Flávio Azevedo Marques de Saes**

RESUMO

O artigo analisa o desenvolvimento do crédito e do sistema bancário em São Paulo entre 1850 a 1930, discutindo três questões usuais na literatura a respeito do crédito em economias primário-exportadoras: a importância dos bancos estrangeiros; as condições de acesso ao crédito por parte da agricultura; a presença e o significado dos bancos nacionais. As conclusões apontam para o desenvolvimento, em São Paulo, de um sistema de crédito razoavelmente complexo que abrigava: bancos estrangeiros voltados às operações de financiamento de exportação e importação, de grandes empresas estrangeiras e de câmbio; grandes bancos nacionais ligados principalmente ao comércio e à indústria, ao lado de grande número de pequenos bancos nacionais (da capital e do interior do Estado), em geral de vida efêmera; e de algumas instituições de crédito hipotecário e cooperativo voltadas à agricultura que, em geral, não foram bem sucedidas. Desse modo, a agricultura teve de fazer uso, quase sempre, de formas indiretas de crédito bancário (principalmente o empréstimo pessoal junto aos comerciantes de café).

Unitermos: *Crédito – Bancos – Economias agroexportadoras – São Paulo*

Estudos sobre o desenvolvimento dos países europeus depois da Revolução Industrial concederam papel de relevo ao crédito como um dos fatores importantes na definição dos rumos seguidos por aquelas economias. Em ca-

(*) Professor Adjunto do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP.

da área ou país, o crédito assumiu características particulares, associadas, sem dúvida, ao padrão de desenvolvimento que prevalece em cada caso,¹ principalmente pelas diferentes características dos bancos que se tornam o núcleo do sistema de crédito.

Para a América Latina, não encontramos nem um corpo denso de pesquisas, nem generalizações amplamente aceitas que possam servir como ponto de partida para a discussão do tema. A par da diversidade das economias latino-americanas (a dificultar, nesse nível, qualquer tipo de generalização), parece faltar também o conhecimento empírico mínimo necessário para reflexões mais amplas sobre a temática. Ainda assim, algumas referências devem ser indicadas a fim de balizar a exploração do tema.

Um aspecto por vezes levantado diz respeito à presença dominante de bancos estrangeiros nas economias latino-americanas. Enquanto economias agroexportadoras (ou primário-exportadoras em geral), elas seriam altamente susceptíveis à penetração dos bancos estrangeiros graças às facilidades que estes teriam no financiamento do comércio externo (principal atividade nesses países), nas negociações da dívida externa e mesmo como elementos associados às empresas estrangeiras que se instalaram na América Latina. Um exemplo desta postura pode ser encontrado na obra de Foot e Leonardi. *História da indústria e do trabalho no Brasil*.² sua discussão sobre o sistema bancário e a formação industrial do Brasil insiste em ressaltar a posição dominante dos bancos estrangeiros como expressão da integração e da dependência da economia brasileira ao mercado capitalista mundial.

Um estudo empírico sobre o crédito na industrialização argentina também tentava indicar o modo pelo qual o funcionamento do mercado de crédito reforçava os vínculos de dependência com o exterior, inibindo até certo ponto, o investimento industrial.³

A mesma visão de predomínio dos bancos estrangeiros está presente em estudo de Steven Topik a respeito da Primeira República. Afirma ele que:

“Durante a primeira República os bancos constituíam o cerne da economia brasileira de exportação em crescimento. Entretanto, não atendiam adequadamente às necessidades do setor agrícola, ou melhor, eles lidavam com os importadores e exportadores, trabalhando mais que proporcionalmente com as casas comerciais estrangeiras.(...) O sistema bancário que a República herdou se desenvolveu para suprir as necessidades do comércio exterior brasileiro. Os bancos estrangeiros dominavam os mercados de capitais locais, envolvendo-se principalmente nas operações bancárias mais seguras da economia: empréstimos comerciais e operações de câmbio”.⁴

(1) A. Gerschenkron explora, de modo bastante minucioso, estas diferenças.

(2) FOOT, F. & LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982. p. 73-9.

(3) GUY, Donna J. Dependency, the credit market and argentine industrialization, 1860-1940. *Business History Review*. 58(4):532-61, winter 1984.

(4) TOPIK, Steven. Capital estrangeiro e o Estado no sistema bancário brasileiro, 1889-1930. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, 5(15):395-6, set/dez. 1979.

Percebe-se, portanto, que ao predomínio dos bancos estrangeiros, elemento já referido anteriormente, agrega-se novo e importante elemento: a inadequação do sistema bancário para a agricultura da época.

Há autores, no entanto, que tendem a seguir proposições diversas. Tulchin, por exemplo, em estudo sobre o crédito agrícola na Argentina, admite a existência de dois sistemas de crédito naquele país: um, formal, constituído pelos bancos, que não financia a agricultura; outro, informal, que aproveita as brechas do sistema bancário para se aproximar dessa camada de agricultores não atendidos pelos bancos.⁵

Em estudo sobre a agricultura e o crédito no México, Wiemers propõe algo semelhante a Tulchin: julga ele que vários estudos empíricos demonstraram a existência de mercados de crédito na América Latina – e especialmente no México – e ainda o papel de instituições, indivíduos e grupos nesse mercado de crédito. Lembra essa autor que as principais fontes de crédito para a agricultura no Século XVIII eram os corpos eclesiásticos e os comerciantes, já que estes grupos dispunham da maior parte dos ativos líquidos. Seu estudo para o México no Século XIX, procura mostrar, ao lado destas formas antigas, o surgimento de títulos hipotecários como base do crédito para a agricultura.⁶

Os poucos exemplos de pesquisas empíricas acima arrolados já nos permitem definir alguns problemas a serem discutidos com base no caso de São Paulo. Primeiro: qual a posição dos bancos estrangeiros no sistema de crédito que aí se desenvolve? Segundo: quais as condições de acesso ao crédito para a agricultura, em especial para a agricultura de exportação? Terceiro: o que representam e de que modo atuam os bancos nacionais?

Estes os principais problemas que pretendemos explorar com base na evidência empírica relativa a São Paulo. As conclusões, evidentemente, referem-se apenas ao caso em estudo e representam uma tentativa de contribuir, por meio de novo estudo empírico, para a reflexão a respeito do papel do crédito no desenvolvimento latino-americano.⁷

1. A formação do sistema bancário em São Paulo (1850-1890)

A independência e a constituição do Estado nacional brasileiro não bastaram para que, em São Paulo, surgissem instituições de crédito sob a forma de bancos. Se isso ocorreu, antes de 1850, em várias províncias, as notícias relativas a bancos em São Paulo nessa época são raras e sugerem a não continuidade do único estabelecimento que aqui teria sido instalado. Evidente-

(5) TULCHIN, Joseph S. El credito agrario en la Argentina, 1910-1926. *Desarrollo Economico*. 18(71):381-408, out/dez. 1978.

(6) WIEMERS JUNIOR, Eugene L. Agriculture and credit in nineteenth-century Mexico: Orizaba and Córdoba, 1822-71. *The Hispanic American Historical Review*, 65(3):519-46, Aug. 1985.

(7) Este artigo foi escrito com base nos capítulos III e IV de *O desenvolvimento do crédito e dos bancos em São Paulo (1850-1930)*, tese de livre docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo em setembro de 1983.

mente, isso não significa que inexistissem outras formas de crédito no período. Vejamos, pois, as indicações disponíveis.

Como sabemos, a orientação mercantil da atividade econômica de São Paulo se fez tardia em relação a outras áreas do Brasil. Sem produção voltada ao comércio (principalmente de exportação) ficavam bloqueadas as condições básicas para o desenvolvimento do crédito. É inegável, no entanto, que ao longo do Século XVIII, algumas circunstâncias conduzem a mudanças expressivas, mesmo que não substanciais, na economia da Capitania de São Paulo.

Por um lado, o desenvolvimento mineratório nas Gerais permitia a São Paulo ser intermediário (principalmente de animais) ou fornecedor de outros produtos para os habitantes daquela região. Por outro, nas últimas décadas do Século XVIII, a produção açucareira de São Paulo alcança níveis elevados, ativando a produção mercantil da capitania.

Sob tais influxos, encontramos alguns indícios, ainda que precários, da afirmação de um setor mercantil e da prática do crédito sob formas estritamente privadas. Alguns exemplos permitem melhor situar a questão.

Ao estudar a distribuição da riqueza na Capitania de São Paulo em 1765/67, Alice P. Canabrava concluiu que, ao lado da economia de auto-subsistência familiar e da economia de subsistência propriamente dita,

“O terceiro setor (exclusivamente mercantil), numericamente o menor, concentrava a maior parte da riqueza da capitania. Compunha-se dos mercadores e homens de negócio, cuja atividade essencial está nas operações mercantis; aproveitam-se das vantagens da situação excepcional da capitania como centro de trocas de âmbito regional, dentro da Colônia, com base em mercadorias importadas de outras áreas.(...) Restritos em número, os mercadores e homens de negócio concentravam a maior parcela da riqueza local: fora dessa atividade, são muito raros os que compartilham dos altos escalões da riqueza local”.⁸

Embora não se faça referência ao negócio de empréstimo de dinheiro da parte destes mercadores e homens de negócio, é bem provável que eles o exercessem no conjunto de suas atividades mercantis.

Outro exemplo, particular e específico, nos é dado por Taunay em referência ao Padre Guilherme Pompeu de Almeida, morador em Parnaíba, nas proximidades de São Paulo, à época da mineração. Proprietário de fazendas, comerciava os produtos de suas terras e mercadorias importadas com os mineradores das Gerais, além de para lá remeter escravos e tropas. Também emprestava dinheiro a juros de 8 a 10% ao ano, tomando quantias emprestadas para reemprestá-las em seguida.⁹

(8) CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza da capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*, 26(4):121, out/dez. 1972.

(9) TAUNAY, Afonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1948. t. 9, p. 359-68.

Da mesma ordem é o caso de Antonio Prado, que viveu na segunda metade do Século XVIII. Um biógrafo nos informa que, ao morrer em 1793, este Antonio Prado deixou inúmeros créditos que sua viúva tentou recuperar com a ajuda de seus cunhados e, mais tarde, de seu filho Antonio da Silva Prado, o futuro Barão de Iguape.¹⁰

Estes exemplos da segunda metade do Século XVIII parecem repetir-se ao longo do século seguinte, em plena economia cafeeira. Por um lado, é bastante conhecida a relação existente entre fazendeiros e comissários de café. Estes, além de responsáveis pela venda do produto; adiantavam recursos aos fazendeiros para a compra de mercadorias importadas e mesmo para a aquisição de escravos. Na época da safra, a conta corrente do fazendeiro com o comissário era encerrada, cobrados os juros sobre as quantias adiantadas ao longo do período. Trata-se, efetivamente, de forma de crédito que, embora realizada por um comerciante, não se confunde com o crédito comercial propriamente dito. É importante notar que o crédito privado parece manter-se como atividade regular de muitas pessoas na sociedade paulista do Século XIX: os almanaques da Província de São Paulo na segunda metade do Século XIX incluem uma categoria de *capitalistas* entre as profissões de cada município arrolado. O "capitalista" era tido à época, mesmo em textos legais, como o indivíduo que empresta dinheiro a juros sob forma particular.¹¹

Um exemplo específico esclarece a natureza da atividade de "capitalista". Martinho Prado, fazendeiro de grandes posses, praticava igualmente o empréstimo a juros em meados do século passado. Um levantamento das contas de suas diversas atividades mostra a importância relativa desse negócio no conjunto de suas rendas.

CONTAS DE MARTINHO PRADO – 1856-1864

Ano	Receitas			Despesas				Lucros
	Fazenda	Juros e dividendos	Total	Fazenda	Juros	Geral	Total	
1856	46,2	1,3	47,6	5,1	21,1	-	26,2	21,3
1857	62,5	3,9	66,5	6,3	16,2	-	22,5	44,0
1858	39,8	7,7	47,4	7,6	6,2	5,6	19,3	28,1
1859	115,7	8,0	123,7	14,8	2,2	12,9	29,9	93,9
1860	77,4	12,0	89,4	11,8	-	13,7	25,5	63,9
1861	82,2	21,6	103,8	9,1	-	4,7	13,8	90,0
1862	86,6	26,6	113,3	15,0	-	12,2	27,2	86,1
1863	79,6	31,9	111,5	11,5	-	11,3	22,8	88,6
1864	115,2	36,8	151,9	21,9	-	15,6	37,5	114,4

Obs.: Valores em contos de réis.

Fonte: LEVI, Darrel. *op.cit.* p.326.

(10) LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70, 1977. p. 53.

(11) Dec. 3.272 de 5/10/1885. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886. part. 1, t. 32, p. 23-6.

É importante notar que Martinho Prado, de início, paga elevadas somas sob a forma de juros, mas a partir do terceiro ano arrolado passa a receber, entre juros e dividendos, quantias bem superiores às que paga. Além disso, vale ressaltar que, salvo anos excepcionais, a receita de juros e dividendos alcança 30% da receita derivada da exploração da fazenda, porcentagem expressiva quando lembramos se tratar da economia paulista nos meados do Século XIX.

É evidente, no entanto, que estas formas privadas de crédito – de capitalistas ou de comissários de café – estavam longe de suprir as necessidades da agricultura, principalmente para a formação do cafezal nas novas fazendas. A compra dos escravos e os gastos com a plantação demandavam recursos de vulto a serem amortizados em prazos longos. O crédito privado dificilmente poderia adaptar-se a tais condições. Cabe, pois, investigar até que ponto o crédito bancário permitiu satisfazer às necessidades da lavoura.

Até 1850 não há mais do que indícios da existência de bancos em São Paulo: a correspondência de Antonio da Silva Prado (Barão de Iguape) revela que, nos anos vinte, ele se interessara por recursos disponíveis na Caixa de Descontos do Banco do Brasil a fim de incrementar seus negócios com animais.¹² Como sabemos, este Banco do Brasil foi liquidado em 1829. Sua presença em São Paulo deve ter sido, portanto, efêmera. A Província de São Paulo não foi, na década seguinte, atingida pela febre de formação de bancos iniciada em 1838 com o Banco Comercial do Rio de Janeiro e que, a seguir, alcança Bahia, Maranhão, Pará e Pernambuco. Somente em 1856 encontramos novamente a Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo. Trata-se, no entanto, de outro Banco do Brasil – este formado em 1853 pela fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o segundo Banco do Brasil (que fora criado por Mauá em 1851). Ainda no caso desta Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo, observa-se a participação intensa dos membros da família Prado: cerca de metade das ações da Caixa estariam nas suas mãos. Um relato jocoso, pertencente à tradição da família, mostra o caráter limitado da ação da Caixa Filial:

“Quando a diretoria reunia-se, um perguntava para o outro: Você, Barão de tal, precisa de dinheiro? E o Barão de tal sempre respondia: ‘Não’. A diretoria encerrava a reunião e não decidia mais nada, porque eles não emprestavam dinheiro para estranhos”.¹³

Mesmo que tal relato não corresponda estritamente à verdade, ele sugere que a amplitude dos negócios da Caixa Filial do Banco do Brasil nesses anos não abarcava grande número de pessoas e, muito menos, de agricultores das localidades do interior. Como veremos a seguir, esta Caixa mantém-se em funcionamento até os anos noventa, embora jamais tenha assumido o mesmo papel de relevo que tinha na praça do Rio de Janeiro.

Na década de sessenta do século passado, duas outras instituições marcam sua existência: a Casa Bancária Gavião e a Casa Bancária do Dr. Theo-

(12) PETRONE, Maria Thereza S. *O Barão de Iguape*. São Paulo/Brasília, Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1976. p. 45-6.

(13) LEVI, Darrel. op. cit. p. 160-1.

doro Reichert. A primeira – de propriedade de membros da família Gavião Peixoto – assumiu negócios de grande vulto, envolvendo-se nos problemas que conduzem Vergueiro & Cia a grandes dificuldades em torno de 1865. Deve-se notar que se considerava, à época, a Casa Bancária Gavião a mais importante de São Paulo e julgava-se que sua eventual quebra acarretaria crise de dimensões substanciais em São Paulo.¹⁴

Já a Casa Bancária do Dr. Theodoro Reichert parece ter âmbito mais modesto. Médico em São Paulo, registrado também como capitalista em almanaques da época, o Dr. Reichert deveria fazer pequenos empréstimos sob garantia de hipoteca ou de títulos e receber dinheiro a juros por meio de letras. Tudo indica, à diferença da Casa Gavião, tratar-se de coleta de pequenas poupanças individuais carreadas para o comércio varejista ou para necessidades de consumo

A partir de 1870, o quadro bancário da Província de São Paulo modifica-se substancial e aceleradamente. Por exemplo, em 1873, o almanaque da Província¹⁵ registrava as seguintes instituições de crédito:

São Paulo (Capital)	Banco do Brasil (Caixa Filial) Banco Mauá & Cia (Agência) Casa Bancária Gavião, Ribeiro e Gavião Casa Bancária Dr. Theodoro Reichert
Santos	Banco Mauá & Cia (Agência) English Bank of Rio de Janeiro (Agência) Banco Mercantil de Santos
Campinas	Banco Mauá & Cia (Agência) Banco de Campinas

Este conjunto de bancos já sugere os principais tipos de bancos que prevalecem em São Paulo até 1930. O Banco do Brasil e o Banco Mauá expressam o predomínio financeiro da praça do Rio de Janeiro sobre São Paulo até então. Com a expansão cafeeira, esse predomínio se vê abalado, o que faz também reduzir a expressão dos bancos do Rio em São Paulo. Só bem mais tarde, já perto de 1920, o Banco do Brasil recupera, em São Paulo, elevados níveis de operação graças, sem dúvida, às suas funções de banco oficial (como a da Carteira de Redesconto).

A Casa Bancária Gavião denuncia um tipo de banco de grande importância, qual seja, o de instituições nacionais de grande porte com sede na capital de São Paulo, cujos proprietários estão envolvidos numa pluralidade de negócios.

(14) Cf. *Consultas da Secção da Fazenda do Conselho do Estado desde o ano em que começou a funcionar o mesmo conselho de Estado até o presente*. Coligidos por ordem do Governo. Vol.V. Anos de 1861 a 1865. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871. p. 568-73. (Resolução de 23 de junho de 1865).

(15) *ALMANAK da Província de São Paulo para 1873*. Organizado e publicado por Antonio Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. s.l., s.c.p., s.d. p. 95-6, 273, 325.

Em Santos, o English Bank expressa o interesse dos bancos estrangeiros pelos negócios de exportação e importação, em rápido crescimento e nucleados naquela cidade e porto. O Banco Mercantil de Santos, também vinculado ao comércio externo e ligado aos comissários da cidade, teve vida que não se prolonga além do começo do Século XX.

Finalmente, a Casa Bancária do Dr. Reichert e o Banco de Campinas antecipam a formação de grande número de instituições de pequeno porte, sediadas na capital e no interior, e voltadas fundamentalmente ao mercado de crédito local. Embora a essa época Campinas tivesse porte comparável ao da cidade de São Paulo, é inegável que esse banco não pode, ao longo do tempo, comparar-se aos grandes bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo.

O quadro delineado em 1873 ganha contornos nítidos nos anos finais do Império. Vejamos os bancos registrados no ano de 1887:¹⁶

São Paulo
(Capital)

Banco do Brasil (Caixa Filial)
London and Brazilian Bank
English Bank of Rio de Janeiro
Banco de Crédito Real de São Paulo
Banco Mercantil de Santos
Casa Bancária da Província de São Paulo
Banco da Lavoura
Banco Comercial de São Paulo

Santos

London and Brazilian Bank
English Bank of Rio de Janeiro
Banco Mercantil de Santos
Casa Bancária da Província de São Paulo
Banco da Lavoura
Banco Comercial de São Paulo

Campinas

Banco Mercantil de Santos
Casa Bancária da Província de São Paulo
Banco Comercial de São Paulo

(16) *ALMANAK da Província de São Paulo*. Administrativo, industrial e comercial para 1887. Fundado e organizado por Jorge Seckler. Quinto Ano. São Paulo, Jorge Seckler, s.d. p. 146.

Os dados quantitativos para 1887 permitem avaliar a dimensão relativa dos diversos estabelecimentos da Capital:¹⁷

**ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO - PROVÍNCIA
DE SÃO PAULO - 31/12/1887**
Valores em contos de réis

Banco	Caixa	Descontos e empréstimos	Depósitos e letras a prêmio
Comercial de São Paulo	190	2.072	1.817
Crédito Real de São Paulo	156	6.707	9
Banco da Lavoura	103	1.380	419
Mercantil de Santos	458	3.425	2.167
English Bank of Rio de Janeiro	545	2.449	1.463
London and Brazilian Bank	890	2.181	1.046
Banco do Brasil (Caixa Filial)	995	7.357	9.850
Casa Bancária da Prov.de São Paulo	720	7.613	8.511

Estas informações para o ano de 1887 permitem-nos reafirmar a “tipologia” bancária antes estabelecida.

A Caixa Filial do Banco do Brasil – expressão do predomínio financeiro do Rio de Janeiro – ainda é a principal instituição de crédito, mas já encontra rivais à altura, como a Casa Bancária da Província de São Paulo. Os bancos estrangeiros caracterizam-se por política conservadora quanto aos níveis de reserva mantidos (Caixa/Depósitos), a revelar, provavelmente, preferência por poucas operações, mas de grande vulto e altamente rentáveis. O Banco Mercantil de Santos ainda desfrutava de posição importante em face do próprio relevo da praça de Santos nesse momento (mas que sofre mercado declínio a partir da década seguinte).

Três grandes bancos nacionais com sede na capital se afirmam nesses anos: a Casa Bancária da Província (embrião do futuro Banco do Comércio e Indústria de São Paulo), Comercial de São Paulo e da Lavoura. Característica comum aos três é a presença, entre seus diretores e acionistas, de “empresários” que atuavam nos mais diversos ramos: agricultura, comércio, empresas ferroviárias e de serviços urbanos. Trata-se de segmento característico do setor bancário de São Paulo e que mantém, ao longo do período que se segue, importante parcela do mercado. Já o segmento de pequenos bancos (da capital ou do interior) não encontrava representantes nesse ano, expressão da extrema instabilidade desse tipo de instituição de crédito.

Finalmente, devemos registrar o surgimento do Banco de Crédito Real de São Paulo em 1887, com contas absolutamente fora dos padrões usuais, dada sua característica também diferencial. Fundado em 1882, tinha por ob-

(17) *RELATÓRIO* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística composta dos Senhores: Elias Pacheco Chaves, Domingos J. N. Jaguaribe Filho, Joaquim Vieira de Carvalho, Adolpho A. Pinto, Abílio A. Silva Marques. São Paulo, Leroy King Bookwalter-Typ. King, 1888. p. 169-70.

jetivo o crédito hipotecário de longo prazo, dirigido especialmente para a lavoura. Apesar de contar com favores especiais do Governo, as queixas contra o crédito hipotecário, da parte dos lavradores, eram generalizadas. Em primeiro lugar, o crédito concedido por meio de letras exigia a troca posterior dessas letras no mercado. Em 1884, por exemplo, as letras do Banco de Crédito Real estavam cotadas a 80, ou seja, do valor nominal de 100 (correspondente ao valor do empréstimo concedido), o lavrador conseguia obter apenas 80 em dinheiro pela venda de sua letra no mercado. Além disso, reclamava também a lavoura do fato de o empréstimo concedido representar apenas 50% do valor dos bens hipotecados, o que tornava muito elevado o risco de insolvência.

O que nos parece mais importante, no entanto, é que mesmo o empréstimo hipotecário só era acessível a pequena parcela dos lavradores. Evidentemente, o acesso aos bancos (implicando custos de transporte e hospedagem na capital e o abandono da fazenda por algum tempo) só era possível aos residentes na cidade de São Paulo ou aos fazendeiros de maiores posses.

Parece-nos claro, portanto, que o desenvolvimento bancário da Província de São Paulo se fez em outras direções que não a da lavoura. Antes de mais nada, são grandes bancos situados na Capital ou em Santos, voltados, pois, ao financiamento do comércio e das demais atividades urbanas. Nas localidades do interior não se observa a instalação de agências bancárias, a limitar o acesso dos proprietários de menores recursos ao crédito bancário. Nem mesmo o crédito hipotecário, dirigido à lavoura, parece ter superado tais dificuldades. Desse modo, à generalidade dos lavradores restava o recurso aos "capitalistas" locais ou aos empréstimos dos comissários sujeitos, evidentemente, a elevadas taxas de juros e a prazos de vencimento relativamente curtos, fatos que realimentavam as constantes queixas da lavoura. Vejamos, pois, as mudanças que ocorrem em relação ao crédito durante a Primeira República em São Paulo.

2. Estrutura e desenvolvimento do sistema bancário de São Paulo durante a Primeira República (1889-1930)

Já indicamos os tipos de bancos encontrados em São Paulo ao fim do Período Imperial. Em 1891, o Banco do Brasil encerra suas operações na capital do Estado, só voltando a aqui operar em 1917. Desse modo, ao longo da Primeira República encontramos três grupos de instituições de crédito no Estado de São Paulo:

- I. bancos estrangeiros
- II. bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo
- III. bancos nacionais com sede em cidades do interior

Entre os bancos com sede na cidade de São Paulo há ainda dois estratos diferenciados pela dimensão das empresas. Os únicos bancos que não se enquadram perfeitamente nesta tipologia são o Mercantil de Santos (liquidado em 1901) e o Banco do Brasil (quando aqui instala agência em 1917). Com estas ressalvas, pensamos ser adequado agrupar os bancos de acordo com esse critério.

Sabemos da rápida expansão dos negócios no início do período republicano. Embora o centro febril dessa atividade fosse o Rio de Janeiro, São Paulo também recebe o influxo da nova política econômica. Centenas de sociedades anônimas foram criadas no espaço de alguns anos, movimento esse que se reflete também no setor bancário. Não se tratava, sem dúvida, de movimento autêntico de modo que muitas empresas então fundadas são liquidadas alguns anos mais tarde. O quadro construído para o ano de 1895 – com os registros mais completos que se pode obter – dá amostra expressiva desse movimento no início da República.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1895
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	11.446:228	29,3	17.240:669	16,3	11.113:162	9,2
Nacionais Capital	22.974:433	58,8	71.783:983	67,8	86.719:443	71,6
Nacionais Interior	4.646:318	11,9	16.794:284	15,9	23.225:479	19,2
Total	39.066:979	100,0	105.818:936	100,0	121.058:084	100,0

Fonte : *Relatório da Associação Comercial de São Paulo. Ano de 1895.* São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1896. p. 93.
O Estado de S. Paulo. Janeiro a abril de 1896.
Correio Paulistano. Janeiro a março de 1896.
Diário Popular. Janeiro e fevereiro de 1896.

Bancos registrados :

Estrangeiros: Brasilianische Bank, London & Brazilian Bank, British Bank.

Nacionais - Capital: Crédito Real de São Paulo, Banco de São Paulo, dos Lavradores, União de São Paulo, Construtor e Agrícola de São Paulo, do Comércio e Indústria de S. Paulo, Casa Bancária Robertson e Casa Bancária Dumont.

Nacionais - Interior: Banco de Araraquara, de Santos, de Ribeirão Preto, União de S. Carlos, Mercantil de Santos, de Piracicaba, Norte de São Paulo.

Coeficientes

Bancos	Estran- geiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/ Depós.	0,664	0,320	0,277
Emprést./ Depós.	0,645	1,208	1,383

Entre os bancos estrangeiros aí registrados, nota-se a presença do *Brasilianische Bank für Deutschland*, ao lado dos anteriormente existentes *London & Brazilian Bank* e *British Bank of South America* (sucessor do *English Bank of Rio de Janeiro*). Sua participação conjunta estava longe de ser dominante nesse momento, embora individualmente fossem bancos de expressão.

O Banco de Crédito Real de São Paulo, o Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco de São Paulo constituem o núcleo do grupo de bancos com sede na capital. A estes agregam-se outros de menor expressão: Banco dos Lavradores, União de São Paulo, Construtor e Agrícola, Casa Bancária Dumont e Casa Bancária Robertson. Já entre os bancos com sede em cidades do interior pudemos obter informações dos seguintes: Araraquara, Santos, Ribeirão Preto, União de São Carlos, Mercantil de Santos, Piracicaba, Norte de São Paulo, todos eles (salvo o Mercantil de Santos) de reduzido porte.

Os dados do quadro do sistema bancário para o ano de 1895 atestam, portanto, a participação majoritária dos bancos nacionais da capital no mercado de crédito. Os bancos com sede no interior têm participação aproximada à dos bancos estrangeiros (em que pese a diferente distribuição entre caixa, depósitos e empréstimos), mas devemos notar que cerca de 50% dessa participação é devida apenas ao Banco Mercantil de Santos.

Onze anos depois – em 1906 – este quadro está substancialmente modificado. Entre as razões para tal mudança encontra-se o processo de progressiva insolvência do Governo brasileiro diante de seus credores externos que conduziu à política contracionista do Presidente Campos Salles e do Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. De modo especial, a política de redução de meios de pagamento atingiu vários bancos, conduzidos, em conseqüência, a processos de liquidação. O quadro do sistema bancário de São Paulo para 1906 exprime os resultados dessa política sobre o setor.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1906
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	18.240:057	53,0	37.154:418	38,9	40.568:503	41,8
Nacionais Capital	14.948:907	43,4	55.080:471	57,6	52.586:099	54,1
Nacionais Interior	1.243:959	3,6	3.396:660	3,5	3.974:986	4,1
Total	34.432:923	100,0	95.631:549	100,0	97.129:588	100,0

Fonte : Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil). 1906. Estatística Econômica e Moral. Volume II.* S. Paulo, Typ. Espinola & Comp., 1909. p. 95-9.
O Estado de S. Paulo. Janeiro de 1907.

Bancos Registrados:

Estrangeiros: Brasilianische Bank, British Bank, Commerciale Italiana di S. Paulo, Italiana del Brasile, London & Brazilian e London & River Plate Bank.

Nacionais - Capital: Comércio e Indústria de São Paulo e Banco de São Paulo.

Nacionais - Interior: Campineiro, Indústria e Comércio de Piracicaba, di Sconto di Piracicaba, Regional de Mococa, Melhoramentos de Jaú.

Coefficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/Depós.	0,491	0,271	0,366
Emprést./Depós.	1,092	0,955	1,170

Entre os bancos estrangeiros notamos a adição do London and River Plate Bank, importante estabelecimento inglês. A seu lado, dois bancos de origem italiana: Italiana del Brasile e Commerciale Italiana di S. Paulo, o

primeiro de duração efêmera e o segundo, liderado por imigrantes italianos (industriais e comerciantes) de S. Paulo e com ligações com instituições italianas. É de se notar o fortalecimento do estrato de bancos estrangeiros no total, fruto, sem dúvida, de período que privilegiava a valorização da moeda nacional em termos de divisas estrangeiras.

Entre os bancos nacionais com sede na capital, apenas dois sobrevivem: Banco de São Paulo e Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. Os demais passam por processo de liquidação (como o próprio Banco de Crédito Real de São Paulo) ou mudam sua destinação (como o Banco União de São Paulo que passa a atuar apenas na área industrial e de serviços urbanos). Embora este segmento tivesse reduzida sua participação, ainda tem níveis comparáveis aos dos bancos estrangeiros, a atestar o vigor dos dois estabelecimentos que haviam resistido à crise.

Já em relação aos bancos do interior – todos ainda de pequeno porte – nota-se a completa mudança dos nomes em relação aos existentes em 1895. São todos novos bancos fundados em torno de 1901, após a quebra dos antigos estabelecimentos. Sua participação, no entanto, tende a manter-se bastante reduzida.

O quadro quantitativo não sofre mudanças substanciais na participação dos diversos estratos até a década de vinte. Há, no entanto, multiplicação do número de estabelecimentos estrangeiros e nacionais com sede na capital. Os dados do quadro do sistema bancário para 1915 permitem visualizar parte desse processo.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1915
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	67.854:002	54,7	131.096:854	46,0	102.126:270	50,1
Nacionais Capital	55.544:249	44,7	152.069:301	53,3	98.109:512	48,1
Nacionais Interior	757:231	0,6	2.033:156	0,7	3.719:429	1,8
Total	124.155:482	100,0	285.199:311	100,0	203.955:211	100,0

Fonte : Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil). 1915. Estatística Econômica e Financeira. Volume II.* São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1917.
O Estado de S. Paulo. Janeiro de 1916.

Bancos registrados:

Estrangeiros: Francese e Italiana, Alemão Transatlântico, Español del Rio de la Plata, Italo-Belge, Française pour le Brésil, Brasilianische Bank, British Bank, London & Brazilian, London & River Plate e National City Bank of New York.

Nacionais - Capital: Comercial do Estado de São Paulo, de Construção e Reservas, de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, Banco de São Paulo, do Comércio e Indústria de São Paulo e Casa Bancária Leônidas Moreira.

Nacionais - Interior: Campineiro, Melhoramentos de Jaú, Popular de Guaratinguetá.

Coeficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/Depós.	0,518	0,365	0,372
Emprést./Depós.	0,779	0,645	1,829

Importantes bancos estrangeiros foram instalados entre 1906 e 1915, conseqüência, em parte, da rápida penetração do capital estrangeiro em vários setores da economia brasileira nesses anos. Além dos quatro grandes bancos citados (Brasilianische, London and Brazilian, British Bank e London and River Plate), seis novos são agora registrados: Banca Francese e Italiana per l'America del Sud (sucessor da Banca Commerciale Italiana di S. Paulo e ligado, na Europa, à Banca Commerciale di Milano e Banque de Paris et des Pays Bas), Alemão Transatlântico, Español del Rio de la Plata, Italo-Belge, Française pour le Brésil e National City Bank of New York. Embora a história individual de cada um deles seja diferente, é inegável que constituíam um sólido conjunto financeiro estabelecido na economia paulista.

Entre os bancos nacionais com sede na capital, somaram-se ao de São Paulo e ao Comind, o Banco Comercial do Estado de São Paulo (de José Maria Whitaker), Construção e Reservas, Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (banco dotado de privilégios concedidos pelo Governo do Estado de São Paulo, embora seus concessionários estivessem ligados a um grupo financeiro francês) e Casa Bancária Leônidas Moreira. No interior, pudemos obter informações para apenas três bancos: Campineiro, Melhoramentos de Jaú e Popular de Guaratinguetá, cuja participação no total se mostrava bastante reduzida.

Ao longo da década de vinte, no entanto, o sistema bancário ganha contornos muito mais ricos pela diversidade de instituições que a ele se agregam, como pode ser observado no quadro quantitativo para o ano de 1928.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1928
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	133.988:366	21,4	670.592:125	25,4	704.522:175	28,8
Nacionais Capital	472.940:707	75,5	1.866.454:438	70,6	1.590.992:424	65,2
Nacionais Interior	19.388:342	3,1	104.847:447	4,0	146.560:834	6,0
Total	626.317:415	100,0	2.641.894:010	100,0	2.442.075:433	100,0

Fonte : Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado. *Anuário Estatístico de São Paulo. 1928. Volume II.* São Paulo, Imprensa Oficial, 1932.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. Janeiro e fevereiro de 1929.
O Estado de S. Paulo. Janeiro de 1929.

Bancos registrados:

Estrangeiros: Francesa e Italiana, London & South America, British Bank, National City Bank, Royal Bank of Canada, Italo-Belga, Brasileiro Alemão, Alemão Transatlântico, Popular Italiano, Germânico da América do Sul, Nacional Ultramarino, Português do Brasil, Holandês da América do Sul, Crédit Fouchier.

Nacionais - Capital: Banco do Brasil, Banco de São Paulo, Banco do Estado de São Paulo, do Comércio e Indústria de S. Paulo, Comercial do Estado de São Paulo, Noroeste do Estado de São Paulo, Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Crédito Popular de S. Paulo, Casa Bancária Rodolpho Crespi, F. Matarazzo, Conde e Almeida e mais 19 casas bancárias de menor porte.

Nacionais - Interior: Melhoramentos de Jaú, Paulista, Regional de Ribeirão Preto, Sorocaba, Lavoura e Comércio de Santa Rita, Lavoura e Comércio de Penápolis, de Crédito Popular de Santa Rita do Passa Quatro, Comercial de Jaú, Popular de Guaratinguetá, de Novo Horizonte, Comércio e Indústria de Pirassununga, de Mococa, Campineiro, de Barretos, de Itu, do Comércio e Lavoura, Comercial de Araras, Melhoramentos de Ibitinga, Casa Bancária F. Barreto, Aidar & Kfoury e mais 26 casas bancárias de menor porte.

Coeficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/Depós.	0,200	0,253	0,185
Emprést./Depós.	1,051	0,852	1,398

No setor de bancos estrangeiros, dois deles são liquidados (Française pour le Brésil e Español del Rio de la Plata), mas surgem sete novos estabelecimentos (Royal Bank of Canada, Popular Italiano, Germânico da América do Sul, Nacional Ultramarino, Português do Brasil, Holandês da América do Sul e Crédit Foncier) e verifica-se importante fusão de London & Brazilian e London & River Plate Bank no Bank of London & South America. É inegável que, apesar do poderio diferente dos diversos bancos, o mercado paulista devia exercer atração substancial sobre as instituições internacionais. Por outro lado, deve-se observar também a redução na parcela de mercado dos bancos estrangeiros decorrente, a nosso ver, mais do crescimento do segmento nacional do que do eventual enfraquecimento dos próprios bancos estrangeiros.

Mas por que este incremento de atividade dos bancos nacionais? Por um lado, sabemos da regulamentação da atividade bancária por meio do Decreto Federal 14.728 de 16 de março de 1921,¹⁸ que certamente fez com que muitos comerciantes, industriais e capitalistas passassem a assumir a forma de empresas de crédito (bancos e casas bancárias). Este fato deve responder, em parte, pelo acréscimo do número de instituições bancárias registradas no ano de 1928. Por outro lado, a própria economia paulista alcança, nos anos vinte, ritmo de crescimento e de diversificação bastante expressivo. Não se trata apenas de produção exportável, mas da própria produção para o mercado interno (indústria, produção de alimentos). Desse modo, a circulação monetária interna deve ter alcançado índices superiores aos do período anterior, estimulando dessa forma a constituição de novas sociedades dedicadas ao negócio do crédito. Esses fatos, a meu ver, justificam o acréscimo da participação dos bancos nacionais no mercado de crédito paulista e também a proliferação de pequenos bancos e casas bancárias em cidades do interior.

Na capital, encontramos, ao todo, 31 bancos e casas bancárias nacionais: além dos já citados para o ano de 1915, devemos registrar o retorno do Banco do Brasil e o surgimento do Banco do Estado de São Paulo (sucessor do Crédito Hipotecário e Agrícola), Noroeste do Estado de São Paulo e Casas Bancárias Rodolpho Crespi e F. Matarazzo. No interior registravam-se 46 bancos e casas bancárias (além de agências de bancos estrangeiros e dos na-

(18) *COLEÇÃO das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1921*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. v.3, p. 348-56.

cionais da capital), cuja participação no total era ainda reduzida, embora o próprio número fosse expressivo por si próprio.

Definida a estrutura do sistema bancário em São Paulo e as características de seu desenvolvimento, cabe agora discutir como se vincula esse sistema bancário com a economia paulista também em transformação. Em particular devemos voltar à questão do crédito para a lavoura.

A caracterização inicial dos bancos estrangeiros – voltados ao financiamento do comércio de exportação e importação e à especulação cambial – pode ser ampliada ao longo da Primeira República: o financiamento da dívida pública (no caso de São Paulo, inclusive para a valorização do café), a conquista de contas de grandes empresas (principalmente as estrangeiras que mantinham algum vínculo com as matrizes dos bancos) e o agenciamento de seus empréstimos externos, ampliando sua área de atuação na economia paulista. Alguns bancos estrangeiros – mas apenas alguns – também buscam novos mercados pela instalação de agências em cidades do interior. O caso marcante é da Banca Francesa e Italiana per l'America del Sud que, em 1924, mantinha as seguintes agências no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Botucatu, Caxias, Espírito Santo do Pinhal, Jaú, Mococa, Ourinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto e São Manuel. Apesar destas transformações dos bancos estrangeiros, eles parecem ter mantido a característica de serem bancos de grandes clientes (empresas ou individuais), sem lutarem por contas de pequenos proprietários rurais e urbanos.

Aos bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo deveriam estar reservadas outras parcelas do mercado. Cabe, evidentemente, a distinção já adiantada entre bancos de grande e de pequeno porte. Os primeiros podiam concorrer com os estrangeiros junto às contas de grandes empresas, mesmo porque havia vínculos entre diretores e acionistas de bancos e de diversas companhias comerciais, industriais e de serviços. Tais vínculos aproximavam a empresa do banco, tornando-a um cliente quase obrigatório. Na década de 1920, também estes grandes bancos expandem-se rumo às cidades do interior, em busca do controle de parcelas daquela circulação monetária ampliada que já identificamos.

Aos pequenos bancos da capital restavam parcelas bastante reduzidas do mercado de crédito, provavelmente do pequeno comércio e indústria ou ainda de assalariados de modo geral. A freqüência com que surgem pequenos estabelecimentos cujo nome indica a identificação com a nacionalidade italiana (ou cujos diretores são de origem italiana) mostra a importância desse segmento da população da cidade de São Paulo para os pequenos estabelecimentos de crédito. É claro, não são os grandes comerciantes e industriais italianos que aí fazem seus negócios (mesmo porque muitos deles têm suas próprias casas bancárias, como Matarazzo e Crespi) e sim a grande massa de pequenos proprietários ou de trabalhadores assalariados.

O mesmo pode-se dizer dos pequenos bancos das cidades do interior, ou seja, seu mercado deve ser limitado já que o alcance de suas operações não deve ir além das vizinhanças da sede do município. Depósitos oriundos do pequeno comércio e indústria locais, de proprietários rurais e mesmo de colonos deveriam financiar os empréstimos para os mesmos comércio, indústria e proprietários rurais. No entanto, pela dimensão dos estabelecimentos e pe-

las flutuações da economia, tais bancos tinham como característica sua extrema instabilidade. A cada conjuntura desfavorável vários deles entravam em liquidação, ressurgindo outros, mais tarde, em épocas de expansão.

Em suma, parece-nos ainda uma vez que o sistema bancário espontaneamente desenvolvido em São Paulo na Primeira República tinha poucas condições de satisfazer às necessidades de crédito para a lavoura – seja o crédito “anual” para vencer o período do plantio até a colheita e venda da safra, seja o crédito de longo prazo para a constituição de novas plantações (principalmente de novos cafezais).

Ainda na Primeira República, o crédito para a lavoura foi objeto específico de preocupações do Governo e de particulares. O Banco de Crédito Real de São Paulo – que concedia empréstimos com base na hipoteca das terras e instrumentos – não sobrevive além de 1906. Em 1909, o Governo do Estado de São Paulo faz concessão especial ao grupo francês J. Loste para a constituição do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário do Estado de São Paulo, que funcionaria em bases semelhantes ao Banco de Crédito Real. Repetiram-se, em relação ao novo instituto de crédito hipotecário, as mesmas queixas dos lavradores. Os empréstimos feitos na proporção de 50% dos bens hipotecados e o reduzido montante dos recursos do banco (apesar da garantia de juros do Governo) eram os reclamos mais freqüentes da lavoura. Em 1926 o banco é transferido ao Governo do Estado sob o nome de Banco do Estado de São Paulo. Com ele, um novo instrumento de crédito que satisfizesse parcialmente os anseios da lavoura: o empréstimo contra a apresentação de “warrants” do café.

Outra tentativa – a de bancos de Custeio Rural – organizada sob a forma de cooperativa, não conseguiu sobreviver mais do que alguns anos. Seu princípio de funcionamento já era problemático, pois admitindo operações apenas com seus associados, todos eles proprietários rurais, não teria condições de recolher saldos monetários ociosos para empréstimos: todos os associados demandariam recursos à mesma época, assim como suas disponibilidades se fariam presentes simultaneamente. Em suma, faltariam recursos do plantio até a safra e sobrariam imediatamente após a venda do produto.

É inegável, portanto, que, mesmo com as novas formas institucionais de crédito, o acesso da lavoura a elas era razoavelmente difícil e suas condições nem sempre adequadas às suas necessidades. Desse modo, é compreensível que o crédito dos comissários continuasse a funcionar junto aos fazendeiros de café, mesmo nos anos vinte deste século, quando os grandes bancos instalavam agências em cidades do interior. Em suma, estes argumentos reforçam a hipótese de que o sistema bancário de São Paulo nasceu e viveu em função da atividade urbana, mesmo que este sistema estivesse situado numa economia agroexportadora e aquela atividade urbana fosse, em grande parte, sustentada pela agroexportação.

Recebido em 09 de outubro de 1987.

ABSTRACT

This paper analyzes the development of credit and of the banking system in São Paulo from 1850 to 1930. It discusses three issues common to literature on the credit of primary exporting economies: the importance of foreign banks; the conditions for gaining access to credit in the agricultural sector; and the presence and significance of nationally owned banks. For São Paulo my conclusions point toward the development of a relatively complex credit system that encompasses: foreign banks dealing with export-import commerce, large foreign enterprises, and foreign exchange; large nationally owned banks primarily connected to commerce and industry as well as a large number of small nationally owned banks (both in the capital and in the interior of the state) that existed precariously; institutions that acted in the agricultural sector, although for the most part these were not very successful. In general, agriculturalists were forced to use indirect means of obtaining credit, especially through personal loans from coffee merchants.

Key-words: *Credit – Banks – Agro-exporting economies – São Paulo*